

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/11/2014 a 30/11/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Acordo de Cooperação fortalece a participação social no Crédito Fundiário em MT. Soraya Brandão – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 05/11/2014	3
Comunidades tradicionais de reserva extrativista no Pará acessam créditos do Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/11/2014.....	4
Novo formato de crédito do Incra é inaugurado no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2014.....	5
Ministro diz que denúncias no Pronaf são localizadas e defende rigor em investigações. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/11/2014.....	6
Mais 85 mil agricultores familiares são incluídos no Garantia-Safra. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2014	7
Programa Fomento beneficia 20,5 mil agricultores familiares em novembro – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/11/2014.....	8
Fetaesc formaliza e amplia parceria com Crédito Fundiário. Soraya Brandão – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/11/2014.	9

Acordo de Cooperação fortalece a participação social no Crédito Fundiário em MT. Soraya Brandão – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 05/11/2014

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Mato Grosso conta agora com maior participação social nas ações de mobilização, difusão e acompanhamento das propostas. A parceria foi formalizada no Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre a Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA (SRA/MDA) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso (Fetagri/MT), nesta terça- feira (4), em Cuiabá(MT). O Acordo prevê ainda a atuação da Federação no processo de qualificação das famílias que pretendem acessar o Programa.

De acordo com o secretário da SRA/MDA, Adhemar Almeida, a assinatura do acordo consolida uma orientação do governo, que é garantir que os beneficiários de uma política pública tenham maior participação na sua execução.

O secretário de Política Agrária da Fetagri/MT, Divino Martins de Andrade, destacou a importância da parceria para a agricultura familiar mato-grossense. “Ao possibilitar o acesso à terra e aos investimentos para a estruturação da unidade produtiva, o PNCF tornou-se uma política fundamental para o desenvolvimento sustentável do trabalhador e da trabalhadora rural. Por isso, estamos empenhados em contribuir na retomada das contratações, para que cada vez mais trabalhadores (as) possam ter sua terra, produzir e vender seus produtos”, disse o secretário.

O encontro aconteceu no Centro de Treinamento e Estudos Sindical Rural (Centresir), em Várzea Grande, e contou com a participação do secretário Adhemar Almeida; do delegado do MDA no MT, Nelson Borges; e do presidente da Fetagri/MT, Nilton José de Macedo. Também estiveram presentes o diretor do Departamento de Crédito Fundiário, Francisco Ribeiro; o coordenador da Unidade Técnica Estadual, Eder Azevedo; dirigentes da Federação e presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de vários municípios.

Na parte da tarde, o secretário e o delegado do MDA estiveram reunidos com o secretário de Estado de Desenvolvimento Rural do MT, Luiz Carlos Aléssio, e com o representante da equipe de transição de governo, Eduardo Moura. No encontro, foram apresentados os programas e convênios da SRA/MDA que vêm sendo executados em parceria com o Estado.

Ações da SRA/MDA no MT

No Mato Grosso, cerca de 7,5 mil famílias de trabalhadores(as) rurais já foram beneficiadas pelo PNCF, num investimento de mais de R\$ 2 milhões, financiando aproximadamente 59 mil de hectares.

Foram implantadas 931 bibliotecas rurais Arca das Letras, atendendo a mais de 21 mil famílias que vivem em comunidades rurais de 48 municípios mato-grossenses.

Os convênios firmados entre a SRA/MDA e o MT permitiram a transferência de mais de R\$ 400 mil para operacionalização do PNCF e ainda está prevista a liberação de mais R\$ 1,5 mil, no âmbito dos convênios vigentes com o Governo Estadual.

Um pouco mais sobre o Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do Governo Federal criada para que os agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento - que tem juros e prazos bem acessíveis - disponibiliza recursos para infraestrutura básica e produtiva, acompanhamento técnico e o que mais for necessário para que o agricultor possa se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.

É gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRAMDA). Desde sua implantação, já beneficiou mais de 138 mil famílias, em 21 estados brasileiros.

Comunidades tradicionais de reserva extrativista no Pará acessam créditos do Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/11/2014

Por duas semanas, técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) percorreram, de barco e lancha, comunidades que compõem a Reserva Extrativista (Resex) Renascer, no município de Prainha, Oeste do Pará, com o fim de iniciar a operacionalização do crédito Apoio Inicial I. O trabalho transcorreu na segunda quinzena de outubro. A próxima etapa é a entrega de cartões às famílias para o acesso ao recurso, a ser depositado em conta bancária.

A equipe do Incra realizou reuniões com comunitários para explicar as regras e os benefícios do crédito Apoio Inicial I. Esta é a primeira atividade do tipo realizada pelo órgão na Resex Renascer.

Após os esclarecimentos, foi viabilizada a assinatura de contratos às famílias interessadas em acessar o crédito, que corresponde a uma parcela única de R\$ 2.400. Deste valor, apenas 10% será reembolsado, em parcela única, após três três anos, com taxa de juros anual de 0,5%. Nesta primeira etapa, foram liberados 362 contratos.

“A orientação é que as famílias apliquem coletivamente o recurso na aquisição dos produtos. Com acompanhamento, até mesmo pelo sindicato, vai ser importante, principalmente, para a lavoura branca, como o plantio da melancia, do milho e arroz”, reforça Waldemir Oliveira Ferreira, presidente do STTR de Prainha.

As famílias irão receber o valor dos créditos em conta a ser aberta pelo Banco do Brasil, instituição que irá emitir cartões com este fim específico, possibilitando o saque ou o uso para compras em débito.

A previsão é que ainda neste ano ocorra a entrega dos cartões, em local a a ser definido. O prazo para uso do recurso é de seis meses.

Restrições

É vedada expressamente a aquisição de bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição. A norma que trata dos novos créditos prevê sanções a servidores do Incra, assentados e terceiros que praticarem irregularidades.

Cadastro

Além da assinatura de contratos, o Incra promoveu o cadastro de famílias que residem e trabalham na Resex Renascer, mas que ainda não constam na lista de beneficiários como clientes da reforma agrária.

A Resex

A unidade de conservação foi criada em junho de 2009 como estratégia do governo federal para conter o desmatamento ilegal na região. É gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Possui área de 211 mil hectares, capacidade para 800 famílias e 433 cadastradas pelo Incra, até então, como beneficiárias da reforma agrária, de modo a possibilitar a aplicação de políticas públicas de competência da autarquia.

A agricultura, a criação de animais em pequena escala e a pesca são as atividades mais desenvolvidas na área para a obtenção de renda e a segurança alimentar.

Novo formato de crédito do Incra é inaugurado no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/11/2014

Cinquenta e uma mulheres dos assentamentos Esperança Viva e Anjo da Guarda I receberam, na manhã da última terça-feira (11), os primeiros cartões magnéticos entregues pelo Incra para assentados da reforma agrária no Paraná. A entrega aconteceu no auditório do Centro de Eventos do município de Mangueirinha (região Sudoeste do Paraná)

Agora a aplicação dos créditos pelo Incra se dá de forma individual, através de um cartão de débito e saque, em nome preferencialmente da representante feminina da unidade familiar. Com o novo procedimento, os assentados deverão ter maior responsabilidade sobre seus investimentos, ao passo que terão mais independência no momento da compra.

Por meio de uma parceria operacional com o Banco do Brasil, o Incra investirá, a princípio, nos dois assentamentos de Mangueirinha, o crédito Apoio Inicial I, que integra o novo ciclo de crédito para a reforma agrária, previsto no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Cada uma das famílias assentadas em Mangueirinha está sendo beneficiada com os R\$ 2.400 correspondentes a essa modalidade de Crédito. Os recursos devem fomentar a economia regional, pois serão destinados à compra de alimentação, produtos de higiene pessoal, ferramentas básicas e insumos agrícolas.

“Viabilizar o assentamento e melhorar a vida das famílias é o objetivo principal do Incra e este investimento inicial representa a concretização de uma batalha muito grande das famílias”, analisa Nilton Guedes, superintendente do Incra no Paraná.

Para o coordenador do assentamento Esperança Viva, Aristeu Bueno, a mudança veio para melhor. “Agora esperamos conseguir todas as linhas de crédito para investir na produção, avançar em qualidade e desenvolver o assentamento”, afirma o agricultor que espera, em breve, melhorar a renda com a comercialização institucional.

Essas famílias, assim como outras 60 mil assentadas em todo o Brasil terão acesso ao novo crédito da reforma agrária. Estas novas regras de crédito para famílias assentadas individualizam as dívidas, preveem descontos para adimplentes e restringe o acesso a novos créditos aos inadimplentes.

Entenda os novos créditos

A rota de crédito para a reforma agrária está dividida em ciclos: Instalação, Inclusão Produtiva, Estruturação Produtiva e demais linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O ciclo de instalação oferta os créditos Apoio Inicial, Fomento Produtivo e Fomento Mulher. O assentado poderá acessar recursos que somam até R\$ 14,6 mil, sendo que a família pode acessar todos ou apenas um deles. Para participar, é preciso que ela se encaixe nos critérios do decreto nº 8.256/2014 – dentre eles, o de não ter participado de programas de crédito semelhantes a esse, ser beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e estar inscrito no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal.

Após o agricultor ter acessado o ciclo Instalação, ele poderá participar dos Ciclos de Inclusão Produtiva (Microcrédito Orientado) e de Estruturação Produtiva (Programa Mais Alimentos Reforma Agrária). No Microcrédito o assentado poderá fazer até três operações de R\$ 4 mil com desconto de 50% – o agricultor assentado paga metade do crédito. Nessa etapa, o agricultor precisa apresentar um projeto produtivo e receber de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

No programa Mais Alimentos Reforma Agrária são até três operações para compra de máquinas e implementos no valor de R\$ 7,5 mil e crédito de R\$ 25 mil para investimento, com 40% de desconto.

Ministro diz que denúncias no Pronaf são localizadas e defende rigor em investigações. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/11/2014

Em audiência na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (12), o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, esclareceu as medidas tomadas pelo Ministério em relação às possíveis irregularidades em uma instituição que acessou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “As denúncias são graves, de tal forma que um programa dessa dimensão, com características extremamente virtuosas, em momento algum possa se confundir com problemas graves, mas localizados”, disse aos integrantes da Comissão de Agricultura.

Rossetto salientou que existem auditorias e outras operações em andamento para investigar os problemas. “Eles estão sendo rigorosamente apurados. Os eventuais malfatores serão punidos. A experiência serve como aprendizado para qualificarmos

ainda mais esse programa", observou ao citar o descredenciamento da associação envolvida nas fraudes.

As denúncias foram feitas por agricultores familiares dos municípios gaúchos de Santa Cruz e Sinimbu. Eles alegam terem adquirido dívidas, sem prévio conhecimento, por meio de contratos do Programa efetuados pela Associação Santa Cruzense dos Agricultores Camponeses (Aspac).

Conforme Rossetto, a apuração dessas denúncias será apresentada, em breve. "Temos um permanente controle social é um cadastro com processo sistemático de qualificação dos beneficiários do Pronaf. Muitas denúncias chegam até nós e tomamos as providências com quem estiver inadimplente", explicou ao destacar que na base de dados do Ministério, há 5,1 milhões de CPFs ativos em condições de acessar o conjunto de programas, incluindo o Pronaf. "O Banco Central pode checar e comprovar os dados mediante qualquer pedido de crédito. Todas essas informações estão disponíveis a qualquer cidadão em uma base de dados pública e gratuita, o que assegura absoluta transparência no cadastro", ressaltou.

O ministro realçou ainda a importância e a amplitude do Programa, que tem uma carteira ativa de R\$ 56 bilhões, com 3,5 milhões de contratos e que beneficia 2,6 milhões de agricultores. "O Pronaf é um programa de dimensão extraordinária, que junto ao volume de recursos e o público distribuído por todo o Brasil, tem colaborado muito para o desenvolvimento municipal, regional, bem como para a qualidade de vida e ampliação de renda dessa classe produtiva do nosso País."

Mais 85 mil agricultores familiares são incluídos no Garantia-Safra. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2014

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) autorizou o pagamento do Garantia-Safra para mais de 85 mil agricultores familiares dos estados de Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A informação foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (13), Portaria nº 53.

Os pagamentos são relativos à safra 2013/2014 e começarão a ser efetuados ainda neste mês, nas mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

O Garantia-Safra começou a ser pago em agosto deste ano. A cada mês, uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários. Atualmente, mais de 698 mil pessoas estão aptas a receber o benefício, que é pago em cinco parcelas. O investimento é superior a R\$ 118 milhões.

Garantia-Safra

O benefício é uma ação que visa auxiliar agricultores familiares que se encontram em municípios sujeitos a perdas de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas. O programa abrange cidades em que forem verificadas perdas de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou outras culturas definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra.

Podem participar do Garantia-Safra, agricultores familiares, com renda familiar mensal de, até, um salário mínimo e meio, que efetuem a adesão antes do plantio e que não detenham área superior a 4 módulos fiscais. A área total a ser plantada deve ser de, no mínimo, 0,6 hectares e, no máximo, 5 hectares.

Para aderir, o agricultor deve verificar se sua cidade participa do Garantia-Safra. Para isso, o município deve assinar o Termo de Adesão e definir a quantidade de agricultores que vão participar em sua jurisdição. Após esse processo, inicia-se o período de inscrição, seleção e adesão.

Programa Fomento beneficia 20,5 mil agricultores familiares em novembro – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/11/2014

Governo federal repassa R\$ 23 milhões neste mês para apoiar projetos produtivos desenvolvidos pelas famílias com apoio de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Brasília, 19 – O governo federal está repassando, neste mês de novembro, R\$ 23 milhões para 20.583 agricultores familiares que participam do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do Plano Brasil Sem Miséria. Deste total, quase 12 mil famílias estão recebendo a primeira parcela dos recursos para investimento em seus projetos produtivos.

Na ação, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cada família em situação de extrema pobreza recebe R\$ 2,4 mil – ou R\$ 3 mil na modalidade Semiárido – para aumentar e diversificar a produção de alimentos, gerando renda para elas. Desde 2012, mais de 140 mil famílias foram incluídas no programa e já tiveram apoio de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

A diretora do MDS, Francisca Rocicleide da Silva, explica que o programa nasce articulado com a assistência técnica e vem sendo vinculado com a política de água para produção. “Essas políticas dão garantia de sustentabilidade para os empreendimentos a partir do recebimento dos recursos de Fomento. Os agricultores vão ter um apoio de no mínimo dois anos para assistência técnica e terá um apoio financeiro para incrementar sua produção e produzir com mais qualidade”.

Os recursos não são reembolsáveis e são transferidos diretamente às famílias por meio do cartão do Programa Bolsa Família. O pagamento dos recursos financeiros do Programa de Fomento segue o cronograma do programa de transferência de renda.

Programa – A Lei nº 12.512, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, foi publicada em 14 de outubro de 2011. As primeiras famílias começaram a receber as transferências de recursos em janeiro de 2012. “Desde então, a execução do programa vem crescendo mês a mês, à medida que as entidades de Ater desenvolvem em campo o cronograma de atividades, fazendo visitas individuais e dias de campo junto das famílias beneficiárias”, diz a diretora. Segundo ela, o objetivo é contribuir com o Plano Brasil Sem Miséria, superando a extrema pobreza no meio rural com qualidade na inserção produtiva.

Fetaesc formaliza e amplia parceria com Crédito Fundiário. Soraya Brandão – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/11/2014

Na perspectiva de fortalecer o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em Santa Catarina, foram firmados ontem (25), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), Convênio - no valor de R\$ 880 mil - e Acordo de Cooperação Técnica, que visam a formalização e ampliação das ações de mobilização, divulgação, qualificação das famílias e o acompanhamento das propostas de Crédito Fundiário no estado.

A capacitação de jovens e mulheres rurais, para o acesso ao programa e às demais políticas do governo federal, também estão previstas nas ações pactuadas com a Federação.

Para o coordenador de Jovens e de Agrária, Adriano Gelslechter, a parceria firmada vem fortalecer ações importantes para o processo de consolidação da agricultura familiar. "Nas atividades de mobilização é que percebemos o interesse da juventude em permanecer no campo, pois 70% do público que participa dos eventos, realizados pela Federação, são jovens interessados em adquirir terra pelo Crédito Fundiário, o que demonstra a importância deste programa para a sucessão e protagonismo da juventude no campo", concluiu.

A formalização da parceria ocorreu na sede da Fetaesc, em São José (SC), com as presenças do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida; do presidente da federação, José Walter Dresch; do coordenador de Jovens e de Agrária, Adriano Gelslechter; da coordenadora de Mulheres, Agnes Weiwanko; de diretores e colaboradores da federação.

Renovação do acordo

Também nesta terça-feira, o MDA e o governo de Santa Catarina assinaram a renovação do Acordo de Cooperação Técnica que permite ao Estado executar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Com vigência de três anos, o Acordo estabelece as condições e diretrizes necessárias para a operacionalização do programa, possibilitando aos agricultores e agricultoras familiares catarinenses - sem terra ou com pouca terra - à aquisição de propriedade rural por meio do Crédito Fundiário.

Na opinião do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, a descentralização da execução do PNCF, prevista no Acordo, permite uma maior articulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. "O ganho com esse modelo de operacionalização é do beneficiário do PNCF, que passa a ter à sua disposição um conjunto de ações, projetos e políticas de inclusão e desenvolvimento que são oferecidas em outras esferas de governo", completou.

O secretário estadual de Agricultura e da Pesca de SC (SAR), Airton Spies, reafirmou a importância do programa de Crédito Fundiário para a agricultura familiar em SC. "Temos no estado uma estrutura fundiária com predominância de pequenas propriedades. São mais de 11 mil famílias beneficiadas pelo PNCF e pela Reforma

Agrária que contribuem, de forma significativa, para o desenvolvimento do meio rural e na manutenção do sistema familiar de produção. Com ações como esta, reafirmamos nosso compromisso com os agricultores catarinenses, completou Spies.

O ato de assinatura ocorreu na sede da Secretaria Estadual de Agricultura e da Pesca, em Florianópolis, com a participação dos secretários da SRA/MDA e da SAR/SC; do diretor do PNCF, Francisco Ribeiro Filho; e do coordenador da Unidade Técnica Estadual de SC, Hilário Gottselig.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa